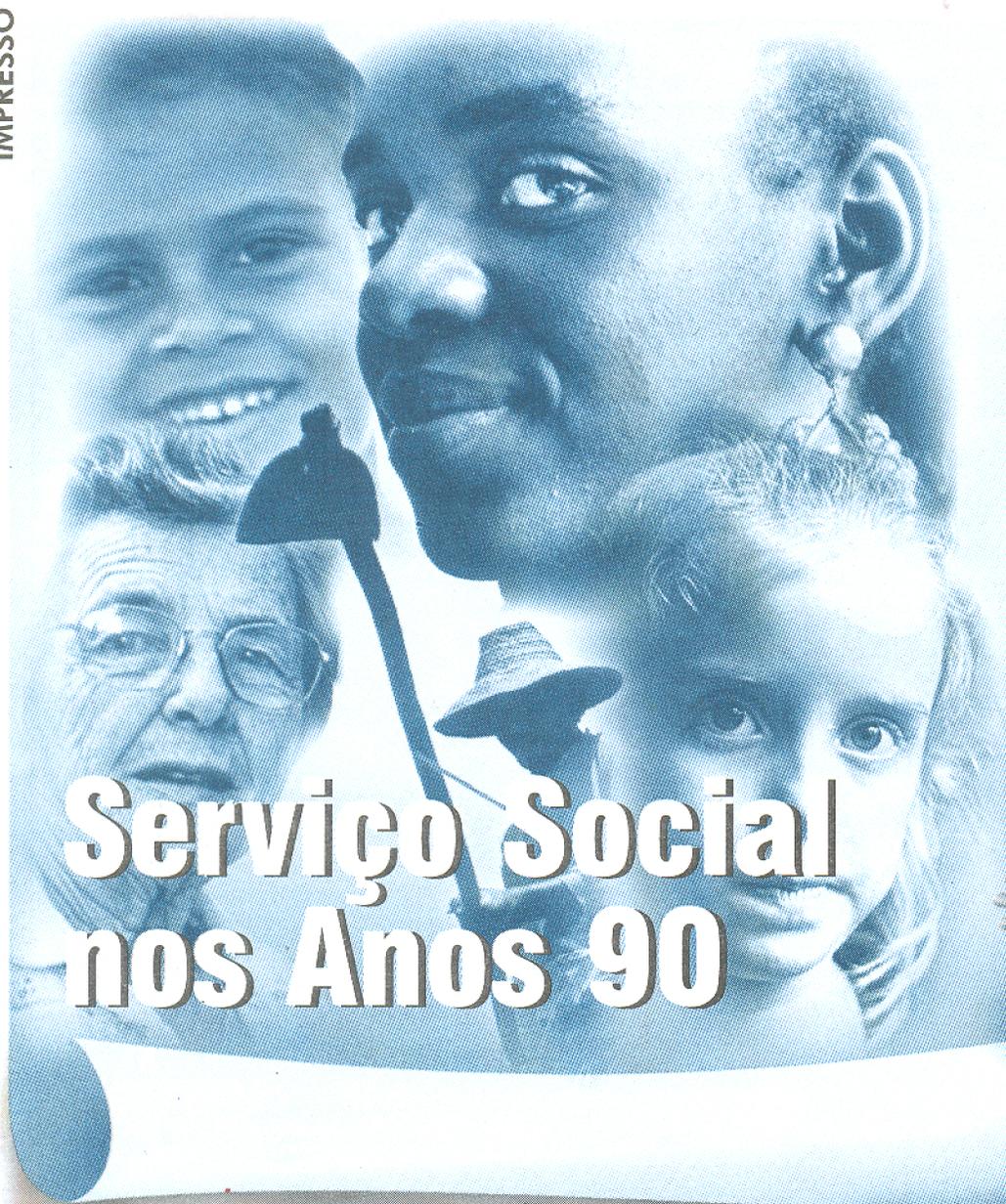


PRAxis

Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - Ano I - Nº 6 - Dezembro 1999 / Janeiro 2000

IMPRESSO



Serviço Social nos Anos 90



Impactos de uma política de globalização e possíveis reflexos para as futuras gerações de profissionais, por José Paulo Netto. Págs 4 e 5

OPINIÃO

O relógio dos sentimentos

Sonhar, resistir, brindar às vitórias. Mais que uma nova página no calendário, o início de um ano é quase sempre uma conjugação de expectativas e balanço de resultados. E este processo não é diferente no Cress-7. A satisfação com o que foi realizado fica por vezes comprometida com a frustração quanto ao que não pôde ser cumprido. Mas, olhando para o saldo das iniciativas, é certo que os avanços superaram os empecilhos. Comemorando um ano de sua nova roupagem gráfica e editorial, o Jornal PRAxis divulga, neste número de fechamento do ano de 99, uma reportagem de análise e as propostas do Conselho para o ano 2000, desejando a todos os assistentes sociais muita realização profissional.



Ilustração de Carlos D sobre fotos de Dilmar Cavalher

As propostas para o ano 2000

Consolidar a atuação da Comissão de Seguridade é hoje uma das prioridades do Cress-7. Aglutinando subgrupos de trabalho nas áreas de saúde, previdência e assistência, a comissão tem a preocupação de, em seus encaminhamentos, assegurar a complementariedade das três políticas, na forma como está descrito na Constituição de 88 e que é um eixo de luta da categoria em todo o país. Pensar a seguridade no seu todo é tão fundamental para a entidade que, tendo realizado o I Encontro Estadual de Seguridade em 97, o segundo já está programado para julho de 2000, como uma prévia do encontro nacional que ocorrerá entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, em Porto Alegre. Com promoção dos Conselhos Federal e Regionais, o evento tem como objetivo socializar produções teóricas e relatos de experiências práticas no campo da seguridade social, além de definir eixos de luta em defesa das políticas públicas de proteção social. Por este motivo, o encontro não se destinará apenas aos assistentes sociais, sendo aberto às demais categorias e, já na fase de sua organização, aos movimentos sociais, como ONGs e federações, entidades de trabalhadores da área urbana e rural, dentre outros. "Os assistentes sociais, em seus espaços de trabalho, poderão também estar privilegiando discussões sobre o tema, juntamente com as organizações locais", sugere Hilda Corrêa, presidente do Cress-7. A proposta do Conselho, inclusive, é subsidiar estas discussões a partir do material disponível na entidade - documentos, publicações e informações acerca dos encaminhamentos da questão em nível nacional.

Outra meta da Comissão de Seguridade é definir estratégias de aliança com outros movimentos representativos da sociedade para tornar claro junto à população o que representará, a curto e médio prazos, a maneira como o governo conduziu a reforma da previdência. Haverá também uma insistência, junto ao Governo do Estado do Rio, no sentido de garantir a realização da III Conferência Estadual de Assistência Social, a qual deveria ter ocorrido em 99. Com o propósito de levar posições consistentes e representativas para esta conferência, o Conselho estará promovendo discussões com toda a categoria.

No que refere à saúde, a intenção é realizar fóruns itinerantes, onde membros da Comissão de Saúde estarão se deslocando para reuniões com assistentes sociais das

diversas regiões do estado. Inicialmente estão previstos encontros na região serrana, em Niterói, zona oeste do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, regiões de Campos e Volta Redonda. Ainda no campo da saúde, estão previstos o II Encontro de Assistentes Sociais da Área de Saúde Mental (agosto) e uma oficina com o objetivo de qualificar a prática e dinamizar o potencial dos assistentes sociais na área da saúde, a se realizar em Niterói e na Baixada Fluminense. O tema previdência se mantém como uma preocupação, até mesmo em função da reforma que estabeleceu cortes de benefícios para a população e a implementação de uma nova estrutura organizacional do INSS resultando, dentre outras mudanças, na extinção do setor de Serviço Social. Apesar disto não ter significado o deslocamento dos assistentes sociais da área da previdência, o que se vê hoje é um quadro reduzido de profissionais

Seguridade do Conselho.

Também no campo da seguridade, foram planejadas oficinas regionais, para o período de março a junho, em seis regiões do estado.

A qualificação profissional como meta permanente

Garantir o compromisso com o projeto ético-político firmado pela categoria. Esta é uma das metas do Cress-7, notadamente diante da pressão sofrida pelo profissional no processo de obtenção de emprego. Tendo em vista a redução dos espaços de atuação do assistente social, a Comissão de Formação e Trabalho tenciona promover discussões sobre possíveis alternativas, sem contudo se distanciar do objetivo de contribuir para a qualificação dos profissionais em suas diferentes atividades, num trabalho conjugado com as unidades de ensino. Esta proposta está totalmente alinhada com a política nacional de fiscalização, que se direciona a partir de três vertentes: ações preventiva, formativa e fiscalizadora. "O que o conjunto Cress/Cress pretende com essa política é ser mais um instrumento de qualificação da prática, tendo como eixo central o Código de ética e a Lei que Regulamenta a Profissão", explica Hilda Corrêa. Nesse sentido, já está prevista a realização de oficinas nas regiões norte e leste fluminense, através das Delegacias de Campos e Volta Redonda.

Com relação às visitas fiscais, merecerão atenção as áreas de saúde pública e saúde mental, bem como as instituições que atuam com crianças e adolescentes, incluindo as varas de família e execução penal. Também serão acompanhados de perto os cursos sequenciais e realizado um encontro voltado para os assistentes sociais que atuam em empresas.

Considerando a necessidade de aproximar a questão ética da prática profissional, está em curso o projeto Ética Itinerante, com a previsão de encontros nas regiões serrana e metropolitana do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. No que se refere à comunicação com a categoria, a ideia é investir em uma maior aproximação, utilizando os recursos da Internet e lançando boletins para divulgação de eventos, de forma que os profissionais possam planejar sua participação.

Estas são as principais metas do Cress-7 para o ano 2000 - um ano que consolidará as propostas da chapa "Pro que der e vier", a partir do engajamento da categoria e parcerias com movimentos sociais e instituições de ensino.

O tema gênero e etnia será abordado através de curso e seminário

- já que não houve renovação através de concurso - e a incerteza quanto à natureza da prática demandada pelo órgão previdenciário. Estes profissionais, juntamente com os Conselhos Federal e Regional, estão acompanhando atentamente todo o processo, com o intuito de garantir a continuidade de um projeto teórico metodológico que se tem hoje como norte para a atuação na previdência. Assunto que será discutido em uma oficina, na primeira semana de abril, em parceria com o Centro de Estudos de Serviço Social da Previdência. O objetivo também é realizar um trabalho descentralizado - totalizando sete eventos - nos pólos de Serviço Social que os assistentes sociais da previdência estão criando.

Considerando todo este contexto, o conjunto Cress/Cress está se disponibilizando para cumprir um papel de aglutinador, articulando as ações dos assistentes sociais para que não haja uma fragmentação do paradigma de ação do Serviço Social no INSS. O Cress-7 está, inclusive, reforçando o convite aos profissionais que atuam na previdência para que venham compor a Comissão de

Uma Dinâmica Interativa

A estrutura do Cress-7 está desenhada de forma a permitir uma gestão democrática e participativa, seja no que se refere à atuação dos Conselheiros, seja na abertura de espaços para o envolvimento da categoria. As propostas de trabalho são conduzidas através de comissões, abertas à participação dos profissionais (exceto pela Comissão de Inscrição), que podem se engajar na execução das atividades e propor novos projetos. Como orientação geral, as comissões têm como meta:

- a defesa das políticas públicas, primando pelo fortalecimento da democracia e comprometimento dos princípios ético-políticos do Serviço Social;
- a articulação com movimentos e entidades que compartilhem da defesa da democracia e das políticas públicas;
- a presença nos movimentos e eventos expressivos da sociedade civil, criando canais de participação e mobilização dos assistentes sociais;
- a participação nos fóruns de políticas sociais, orçamento público e de direito.

A seguir, uma breve descrição das atribuições de cada grupo de trabalho e as datas de reunião.

REGIMENTAIS

ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO **Objetivo:** orientar o exercício profissional e defender o espaço de trabalho do assistente social; investir na política de interiorização do Cress, com realização de fóruns regionais para discussão das políticas públicas implementadas pelo Governo do Estado e municípios.

ÉTICA **Objetivo:** avaliar denúncias e dados relativos ao exercício profissional, estabelecendo os processos cabíveis e deferindo ações com base no Código de Ética.

INSCRIÇÃO **Objetivo:** conduzir, em conjunto com a Comissão de Orientação e Fiscalização, o processo de inscrição de novos profissionais e recolhimento da anuidade.

ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA **Objetivo:** acompanhar a gestão financeira e administrativa do Cress-7; promover ações com o objetivo de bloquear a implementação do Sisatw

TEMÁTICAS

SEGURIDADE **Objetivo:** contribuir para a defesa da política de seguridade social; defender o controle social na política de seguridade social - estabelecer parcerias com fóruns populares e entidades para capacitar conselheiros da sociedade civil; articular debates sobre o controle social na seguridade social etc.; contribuir para a qualificação da prática profissional do assistente social no campo da seguridade social - articular com outros segmentos de trabalhadores a realização do Encontro Estadual de Seguridade Social; organizar publicações sobre temas apresentados em debates e palestras; promover reuniões abertas nas diversas regiões do estado sobre a prática do assistente social na área de seguridade social.

Coordenação: Rute Gusmão

Reuniões: Subcomissão de Saúde – última 5ª feira do mês /17h;

Subcomissão de Seguridade - primeira 4ª feira do mês/17h30;

Subcomissão de Previdência e Assistência – segunda 5ª feira do mês /16h

FAMÍLIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE **Objetivo:** realizar audiências públicas sobre o projeto ético-político profissional; articular ações de divulgação junto aos veículos de comunicação dos diversos movimentos sociais.

Coordenação: Miriam Vasconcelos Braga – **Reuniões:** última 6ª feira do mês/18h

FORMAÇÃO E TRABALHO **Objetivo:** a comissão está se estruturando, com a proposta de promover eventos dirigidos às lideranças das organizações populares para discussão das políticas públicas; realização de cursos de capacitação; realização de audiências públicas sobre o projeto ético-político profissional; participação ativa no fórum da Abeps; dar prosseguimento ao terceiro módulo da pesquisa sobre mercado de trabalho.

Coordenação: Rute Gusmão – **Reuniões:** divulgação no próximo número

ETNIA E GÊNERO **Objetivo:** fortalecer as comissões intersetoriais, numa atuação conjunta com a Comissão de Seguridade.

Coordenação: Magali da Silva Almeida – **Reuniões:** segunda 2ª feira de cada mês / 19h

COMUNICAÇÃO **Objetivo:** promover a integração com a categoria, a partir da divulgação de informações que dêem transparência às ações da entidade, que possibilitem a participação dos profissionais nos projetos do Conselho e contribuam para a disseminação de temas de interesse do assistente social.

Coordenação: Marlise Ferreira de Souza

OBS: as Comissões Regimentais, de Gestão Administrativa e Comunicação são abertas apenas à participação de Conselheiros.

Capacitação de Conselheiros na área de Seguridade Social

Os Conselhos responsáveis pela formulação, aprovação e fiscalização das políticas públicas têm um papel estratégico no processo de redemocratização do país. Este entendimento levou o Cress-7 e a área de extensão da UFRJ - através da Escola de Serviço Social - a promoverem o Curso de Capacitação de Conselheiros no âmbito da Seguridade Social. Com carga horária de 30 horas e a participação de docentes de renome da Escola e Faculdades de Serviço Social da UFRJ, UERJ, e UFF respectivamente, o curso foi ministrado entre os meses de outubro e dezembro e dividido em dois módulos. O primeiro com abordagem teórica – abrangendo análises do Estado brasileiro e processo de reforma pelo qual está passando – e um módulo teórico-prático, voltado para conhecimentos mais instrumentais: políticas para as áreas de saúde, assistência e previdência, criança e adolescente, discussão acerca de movimentos sociais, terceiro setor, gestão pública e financiamento das políticas da Seguridade Social.

Aberto a profissionais de todas as categorias – notadamente Conselheiros que atuam no âmbito das políticas da área de Seguridade – o curso foi organizado por uma comissão de Conselheiros do Cress-7 (Marcelo Braz, Rute Gusmão, Márcio Botto) e revelou uma demanda surpreendente, sendo necessário ampliar o número de vagas. A significativa participação de profissionais do interior do estado contribuiu para um efeito multiplicador das discussões promovidas. “Além disso, o ótimo nível dos trabalhos apresentados pelos alunos após as oficinas resultou no que se pode chamar de um mapeamento inicial da atuação desses Conselhos”, comenta Marcelo Braz. Responsável pela coordenação do curso e professor da ESS/UFRJ, ele acrescenta que outro grande mérito desta iniciativa foi a reafirmação do papel de extensão da universidade e a aproximação do Cress-7 com setores estratégicos da sociedade.

O Serviço Social na década de 90

as particularidades da profissão e os reflexos de uma nova conjuntura

A nos 90. Mais uma década perdida ou a exaustão de uma ordem econômica e política que deflagrou a queda da maioria dos indicadores sociais? Para José Paulo Netto, uma avaliação do Serviço Social nos últimos 10 anos não pode estar dissociada desta polêmica. Fechando a edição do jornal Praxis de 99, o professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa apresenta sua visão crítica, porém otimista, do saldo deste período para o assistente social, para o Brasil e para a humanidade.

**Décadas de 70 e 80:
a consolidação do posicionamento
teórico-político da profissão e o paradoxo
enfrentado pelo Serviço Social
nos anos 90 no Brasil**

"A profissão ganhou uma organização muito forte nos anos 80 como resultado de um movimento que vinha de fins dos anos 70. A luta contra a ditadura, especialmente na sua etapa final, permitiu uma ampla renovação da vanguarda profissional. A década de 80 se marcou ainda por uma renovação significativa nos organismos de expressão e representação corporativas da academia, através da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Nesse período, o serviço social consolidou sua inserção acadêmica no Brasil e essa consolidação não foi apenas institucional: com o surgimento dos cursos de pós-graduação foram criados quadros intelectuais vinculados à academia. Ou seja, nos anos 80 a profissão acumulou, seja do ponto de vista político-organizacional, seja do ponto de vista acadêmico, uma formação extremamente qualificada. Os primeiros anos de 90 foram, pois, de projeção das vanguardas da profissão. É quando, por exemplo, se promove a revisão do Código de Ética e há grandes contribuições na discussão da Lei Orgânica da Assistência Social".

Fenômenos nacionais e internacionais marcam um claro movimento de reversão daquilo que é um dos suportes da profissionalização do serviço social: o trato público-estatal da questão social

"Nos anos 90, em função da maré montante do neo-liberalismo, a noção de política social, com a centralidade forte do estado e do poder público, começa a sofrer uma erosão muito grande. A questão social passa a ser remetida cada vez mais para o domínio da ação da sociedade – a famosa iniciativa da "sociedade civil". Em suma, o que no passado garantia a assistência social como um domínio de intervenção técnico-científica qualificado se vê pouco a pouco deslocado nos anos 90 pela proposta da privatização das políticas de assistência, que vão dar no voluntariado, nas "forças vivas da sociedade" etc.. Com isso, seu pressuposto de extensão de direitos sociais começa a ser erodido. Paralelamente ao corte brutal nos investimentos voltados para as políticas sociais você tem uma profissão organizada, com forte inserção acadêmica, quadros qualificados de estrutura de intervenção e presença maciça em congressos (hoje não tenho a menor dúvida de que o perfil acadêmico dos assistentes sociais brasileiros é comparável, se não superior, ao dos países do chamado primeiro mundo). Existe, portanto, uma demanda real no Brasil por este tipo de profissional – um país caracterizado por uma enorme assimetria social – e ao mesmo tempo, do ponto de vista político-institucional, não temos como tornar efetivas essas demandas".

Terceiro setor: uma alternativa pouco animadora para a retração do Estado na área social

"Sou muito cético em relação às ONGs como alternativa para este quadro conjuntural que se desenhou no Brasil. É um sistema muito heterogêneo: as organizações possuem características extremamente distintas, boa parte atua com recursos limitados e tende a informalizar os trabalhos técnicos - o que vale também para a atuação do assistente social. Os salários pagos em geral são baixos, favorecendo o pluriemprego e dificultando a possibilidade de um bom



José Paulo Netto é doutor em Serviço Social e já publicou mais de uma dezena de livros.

desempenho profissional. Imaginar o chamado terceiro setor como um empregador para qualquer tipo de profissional não me parece nada viável. Sei que isto é muito discutível, mas até o momento não encontrei nenhum elemento para reverter minha opinião".

Desemprego: a ironia do discurso da crise do socialismo num momento em que se observa uma crise estrutural do capitalismo

"É importante frisar que a escassez na oferta de emprego não é um fenômeno comum apenas aos assistentes sociais, assim como não é um processo que se reverterá a curto prazo. Porque o que está em crise é o padrão da ordem burguesa que se expressa no problema da inserção no mercado de trabalho. No Brasil temos também o quadro de uma crise econômica que não está equacionada, agravada por um modelo de orientação

neoliberal. Mas o problema é ainda um pouco mais amplo. Não é o trabalho que está acabando - estas teses do fim da centralidade no trabalho são ineptas para dar conta do que está ocorrendo. A propalada crise da sociedade do trabalho me parece inteiramente falsa: o que existe é uma crise da sociedade capitalista, que se reflete no mundo inteiro com uma população excedentária em relação aos interesses do capital (e não aos interesses do trabalho). No Brasil isso se manifesta fortemente: dados recentes apontam que na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, quase 20% da população economicamente ativa está desempregada”.

A necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional e da ruptura com o domínio do capital financeiro

“No caso dos assistentes sociais a crise do desemprego se expressa com maior intensidade, porque além da recessão há uma política governamental que estabelece cortes profundos dos investimentos do Estado na esfera social, que é o nosso principal empregador. E não é só: com as políticas neoliberais, mesmo as funções dos assistentes sociais no setor privado, que não implicavam em precarização e informalização do trabalho, estão sendo cortadas. Existe, portanto, um quadro que é extremamente difícil. Alternativas para isso? Não se trata do problema de uma categoria profissional, mas da sociedade brasileira. Ou seja, a solução para isso não é uma solução por categoria, mas de política macroscópica. O que exige uma reorientação macroeconômica do governo central e um projeto de desenvolvimento, com a ruptura do jugo do capital financeiro e mudanças na alocação de recursos. Ou seja, deixar de pagar juros aos agiotas nacionais e internacionais e investir em infra-estrutura. Só nessa perspectiva é que vejo saída para a questão do desemprego brasileiro. Porém, o fato de estarmos diante de um problema conjuntural não nos isenta de processar a questão específica da categoria. Insisto em que, com todas estas mudanças e o protagonismo de novos atores no processo social, precisamos pensar as funções do assistente social de forma mais flexível, com capacidade para incorporar novas áreas, novos espaços de intervenção. Não dá mais para pensar naquele profissional que saía da universidade e encontrava um emprego público ou se alocava em uma empresa”.

Mercosul: maiores possibilidades de intercâmbio sem grandes implicações para o mercado de trabalho

O Mercosul está sendo rapidamente redefinido. Não se trata mais do problema de se comercializar um ou outro produto entre os países, mas da adequação estrutural dessas economias. Quem imaginava que esse mercado comum iria caminhar a passos largos

está começando a tomar certos cuidados. Embora o CFESS e outros órgãos de classe estejam discutindo com grupos de profissionais do eixo Mercosul acerca da mobilidade profissional, eu diria que de início este processo afetará apenas a região sul brasileira. No caso dos assistentes sociais vai haver sérias implicações – não do ponto de vista da concorrência trazida pelo fluxo de profissionais, mas da adequação da própria formação acadêmica. No Uruguai, por exemplo, há apenas uma escola pública de Serviço Social. Na Argentina você não tem um grau acadêmico único, existindo também a formação que para nós equivale ao nível técnico. Os cursos de pós-graduação em ambos os países são muito recentes e ministrados em convênio com as universidades brasileiras. Então penso que se ampliam as possibilidades de um intercâmbio, o que é significativo do ponto de vista cultural e político. Mas do ponto de vista do mercado de trabalho não acho que haverá impactos significativos – seja aqui, seja para os outros países”.

O perfil do público que hoje se interessa pela profissão: a faculdade como veículo de inserção ou ascensão social

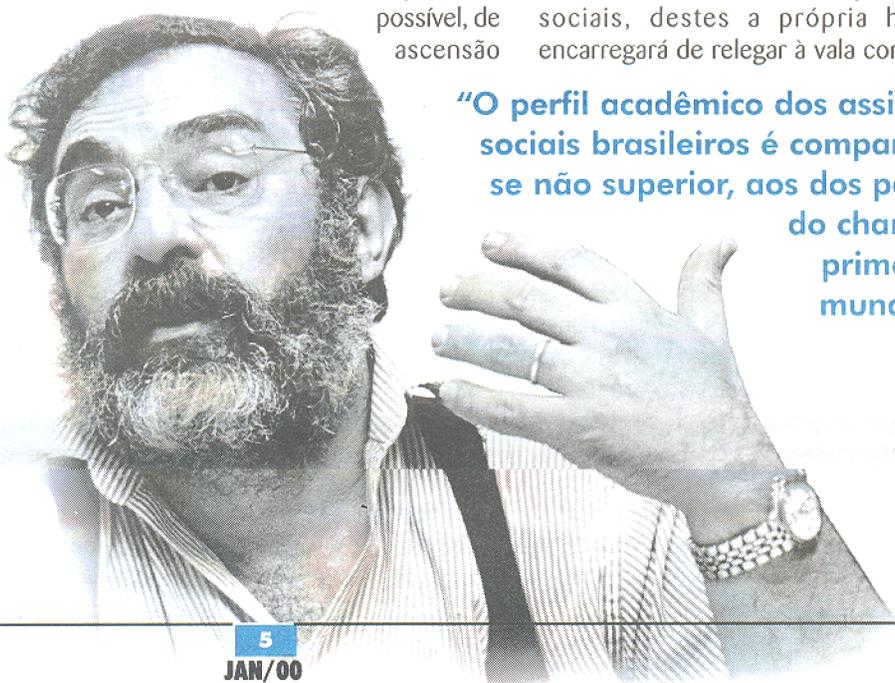
“O público que vem chegando às escolas de Serviço Social nos últimos 10 ou 15 anos está cada vez mais vinculado aos estratos situados na base da pirâmide social. Creio que isto não seja específico da nossa profissão, mas esteja muito próximo a um conjunto de formações universitárias que são acessíveis a um público que não pode investir muito na sua preparação – é um curso que não demanda horário integral, laboratórios ou equipamentos caros. Observo que este público traz certas motivações não muito alinhadas com as concepções contemporâneas do Serviço Social - idéias como servir ao próximo, fazer o bem e organizar a caridade. Há sobretudo um elemento central: para eles a inserção no mercado de trabalho é essencial. Nesta faixa social - até pelas mudanças na vida familiar - o curso é um instrumento de inserção e, se possível, de ascensão

social. Esta é uma característica muito positiva: trata-se de uma gente que tem que brigar, que faz uma faculdade não apenas como mais uma opção, mas como “a” opção de sobrevivência. Há também uma forte presença de pessoas que chegam ao curso com uma motivação quase religiosa, destacando-se aí uma forte presença de evangélicos (que não sei se é um fenômeno nacional, mas que no Rio de Janeiro é perceptível)”.

Subserviência, adequação forçada e combatividade: as três faces do período pós-mobilização

“Os profissionais que viveram quando jovens um processo de mobilização, de reconquista da democracia da sociedade brasileira viram também um movimento de refluxo na década de 90. Dentre estes, há aqueles que se renderam e definiram sua atuação política como algo característico do período de escola, convencendo-se de que o tempo de universidade foi de prestação de serviço revolucionário obrigatório, um pecadilho da juventude. Há uma outra parte que forçadamente se adequou, do ponto de vista objetivo, a uma nova ordem, mas que conservou seus valores e a esperança de alterar este quadro, de transformar esta realidade. E tem um outro grupo que está aí lutando e se manifestando. Quanto a mim sou otimista porque, pela experiência histórica de várias sociedades, vejo que quando ocorrem algumas rupturas e acelerações da dinâmica social as pessoas se reconvertem com muita facilidade. E não se trata de oportunismo, mas da criação de condições mais favoráveis para aqueles que conservaram valores mais sociocêntricos, solidários etc.. Estes poderão então explicitá-los e adequar suas convicções às suas práticas. Quanto aos que aprenderam nos anos 80 que a solidariedade valia à pena e hoje estão trabalhando a serviço de governos que violam a Constituição e espezinham valores de cidadania, de democracia e de universalização dos direitos sociais, destes a própria história se encarregará de relegar à vala comum”.

“O perfil acadêmico dos assistentes sociais brasileiros é comparável, se não superior, aos dos países do chamado primeiro mundo.”



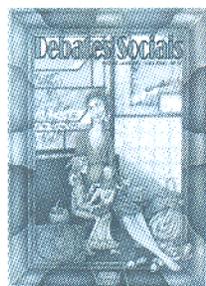
NOTAS

inadequação de sua conduta e encaminhou proposta de retratação ao Cress-7. O Ato de Desagravo Público ocorreu no dia 15 de dezembro e é um direito de todo assistente social que tenha sido ofendido em sua honra profissional, conforme previsto no Código de Ética da profissão.

Informe Cbciss

Com patrocínio do Serviço Social do Comércio (Departamento Nacional), o Cbciss lançou o "Prêmio Brasil 500 Anos de Exclusão". O objetivo é o reconhecimento aos trabalhos originais dedicados à questão da exclusão no país. A participação é aberta aos assistentes sociais e outros profissionais de nível universitário. Os alunos também poderão participar, desde que integrados a uma equipe de pesquisa de sua faculdade. Os três melhores trabalhos serão premiados e publicados pelo Cbciss. Outras informações podem ser obtidas através do telefone (0XX21) 220-8174 ou na sede da entidade: R. Santa Luzia, 685 / 206, Centro, Rio de Janeiro.

Revista Debates Sociais – A edição de outubro da revista, do Cbciss, traz como tema Desenvolvimento e Exclusão Social, com artigos de assistentes sociais e estudiosos de outras áreas e sumário dos principais compromissos assumidos durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, em 1995. A publicação custa R\$16,00 e pode ser adquirida através de contato telefônico (0XX21-220-8274), pela Internet (cbciss@openlink.com.br) ou na sede do Cbciss (R. Santa Luzia 685/206, Centro, Rio de Janeiro).



Cessão de livros

O Cress-7 agradece a Yolanda Guerra, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, a iniciativa de ceder para a entidade diversas publicações, as quais ficarão disponíveis para consulta dos assistentes sociais.

Anuidade

Ano de 2000 – Realizada em 18 de novembro, na sede do Cress-7, a Assembléia Geral Ordinária reuniu Conselheiros e profissionais para deliberação sobre o valor da anuidade e apresentação da previsão orçamentária para o ano 2000. Na ocasião, decidiu-se por manter inalterado o valor da anuidade (150 Ufir) e, também como ponto de pauta, foram repassadas as informações geradas no Encontro Nacional Cfess/Cress, realizado em outubro de 99, o qual tem como objetivo traçar as políticas nacionais de fiscalização, seguridade social, comunicação e gestão financeira.

Inadimplência – Dando continuidade à sua Política de Combate à Inadimplência, o Cress-7

lançou a Campanha de Regularização de Débitos – iniciativa já normatizada pelo Cfess em 99. Vigorando entre os dias 03 de janeiro a 30 de junho de 2000, a campanha é dirigida aos assistentes sociais que não exercem a profissão e que precisam saldar seus débitos com o Conselho para viabilizar seu desligamento. Os profissionais que aderirem ao programa estarão isentos do pagamento de juros e multas e poderão parcelar sua dívida em até 12 meses. A orientação da diretoria do Cress-7 é para que os interessados compareçam à entidade nos primeiros meses do ano, a fim de negociar o acordo.

Publicações Cfess



A Agenda do Assistente Social, editada pelo Cfess, está à venda na sede do Cress-7, pelo valor de R\$15,00. As edições nº 1, 2, 3 e 4 da Revista Inscrita também podem ser adquiridas no Cress-7, e custam R\$30,00 o conjunto, assim como o Relatório Síntese do IX Cbass – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (R\$3,00).

Benefício de Prestação Continuada

Os profissionais que têm interesse na discussão deste tema poderão participar da V Jornada do Benefício de Prestação Continuada. Previsto para o primeiro trimestre de 2000, o evento se realiza em um momento oportuno, já que haverá mudanças neste programa de benefícios. De acordo com as novas regras, o assistente social passa a exercer um papel significativo no que se refere à análise da situação sócio-econômica dos possíveis beneficiados.

Eleições em Volta Redonda

O relançamento pelo Cress-7 do calendário eleitoral em Volta Redonda e o estímulo à participação dos profissionais no pleito cumpriu seu objetivo: houve a inscrição da chapa "Avante ao Terceiro Milênio" e cerca de 50% dos profissionais aptos a votar compareceram às urnas, elegendo os representantes Joelma Martins da Silva (Delegada); Ângela Amélia C. de Sá (Tesoureira); Helenice P. M. de Almeida (Secretária); e os suplentes Cláudia Meister; Rita Maria Castelo Branco e Olinda Fernandes. Dentre as propostas dos profissionais eleitos está a manutenção da "delegacia itinerante" – programa que promove reuniões com os assistentes sociais em municípios da área de abrangência da delegacia. Outra proposta é a atualização e capacitação dos profissionais, através da promoção de cursos, seminários e outros eventos.

Colegiado dos Conselhos: um espaço de defesa da cidadania

Instituído há quase 10 anos, o Colegiado dos Conselhos de Fiscalização Profissional do Estado do Rio de Janeiro vem debatendo coletivamente temas de interesse da sociedade, no que diz respeito à função social das profissões, numa preocupação constante com o exercício profissional qualificado e a atuação ética dos diferentes profissionais nele representados. Com secretarias itinerantes e sediando-se nos Conselhos de Psicologia e Nutricionistas no ano de 1999, o Colegiado promoveu a criação de câmaras técnicas nas áreas de saúde e educação. No âmbito da saúde foram articulados uma fiscalização conjunta, um seminário – em que se discutiu o tema "Ética, legislação, exercício profissional e sua inserção no Sistema Único de Saúde/SUS – e uma audiência com o Secretário Estadual de Justiça. Já no segmento educacional, houve amplo debate sobre a questão dos cursos sequenciais e politécnico – com enfoque em seus efeitos no mercado de trabalho e na qualificação profissional – e um encontro com o secretário Estadual de Educação. A partir de fevereiro do ano 2000, o Colegiado terá nova secretaria, sendo que desta vez no Conselho Regional de Serviço Social.

Ato de Desagravo Público

A denúncia de Carlos Alberto Moreira de Souza, assistente social que atua no Conselho Tutelar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura do Rio (CR-01/Centro), gerou por parte do Cress-7 a instauração de um processo legal que culminou com Ato de Desagravo Público. Em seu registro, o profissional descreveu como desrespeitosa, inadequada, ditatorial e injuriosa a postura de Neiva Martins de Jesus, Conselheira Tutelar da CR-01-Centro. A denunciada reconheceu a

DESAFIO

Intercâmbio de propostas para promover o bem estar social

Grande articuladora de um intercâmbio mundial de programas voltados para o desenvolvimento social, a ONG Conselho Internacional de Bem Estar Social está presente em 82 países, difundindo propostas que se revelaram experiências bem sucedidas.

Desde 1927, o Conselho Internacional de Bem Estar Social integra, como assessoria, a Comissão de Desenvolvimento Social da Onu. Até a realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, a entidade pautava suas próprias temáticas de trabalho. A criação da Cúpula pela Comissão de Desenvolvimento da ONU, em 1995, passou a nortear as ações do Conselho. "O objetivo deste fórum mundial é estabelecer um comprometimento dos governos de todos os países com as questões sociais, sejam elas ligadas à pobreza e desemprego ou a grupos como criança e adolescente, idoso, deficiente físico etc.", explica Maria da Penha Franco, presidente regional para a América Latina e Caribe. Ela acrescenta que a vinculação trouxe o saldo de uma atuação mais integrada: "O que não queremos mais é atuar de forma isolada, mas trabalhar por região, tendo como base os compromissos assumidos na Cúpula Mundial". Entretanto, os comitês nacionais que integram cada país não possuem vínculos governamentais. No Brasil, esta representação é feita há 40 anos pelo Cbciss – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Assim como os demais comitês - argentino, chileno, porto riquenho, jamaicano, guatemalteco, boliviano, uruguaio etc. - o comitê brasileiro representa uma rede de instituições, configurando uma rede social. Subordinados à presidência regional, estes comitês compõem os fóruns, encontros, eventos e iniciativas de publicações da região. Como exemplo desta participação, Maria da Penha cita a reunião junto ao Centro de Estudos de Políticas da América Latina (Cepal), sediado no Chile; o encontro de Terceira Idade, ocorrido na Argentina, e o evento de preparação para o encontro regional, realizado no Uruguai. Até o ano 2002, os programas traçados pelo

Maria da Penha Franco,
presidente regional para a
América Latina e Caribe

Uma rede de solidariedade

O Conselho Internacional de Bem Estar Social possui quatro sedes em nível mundial: Londres, Kuala Lumpur, Malásia e Montreal, onde fica situado o escritório central. A entidade é subdividida em regiões - Europa, Ásia Pacífico, América Latina e Caribe, Centro-América e África - coordenadas por um presidente e um tesoureiro regionais, eleitos a cada quatro anos pelos conselhos que integram a região. A última eleição foi em Hong Kong, durante a Conferência Internacional de Bem Estar Social e a próxima será em outubro de 2000. Eleita por unanimidade pelos Conselhos que integram a região da América Latina e Caribe, Maria da Penha Franco avalia que, ao longo dos três anos de sua gestão, foi possível fomentar a realização de fóruns de debate na região e estabelecer um trânsito livre e ágil com todos os componentes dos comitês regionais. "Gozamos hoje de uma posição de respeitabilidade junto aos governos da região; os eventos contam com a participação de autoridades e são acompanhados pela imprensa. Além disso, introduzimos instituições brasileiras nos fóruns internacionais, contribuindo para propagar os estudos desenvolvidos por órgãos como o Ibase, Sesc, Sesi, universidades e outras instituições de pesquisa". Formada há 43 anos, Maria da Penha sempre atuou junto à área social - com comunidades e favelas, donde concluiu que o melhor caminho para intervir é aprender a ouvir e entender as prioridades que seu público-alvo lhe apresenta. Experiência que lhe vale hoje, em seu papel de articuladora de um processo de disseminação de iniciativas bem sucedidas na área social, promovidas pelos diversos países que compõem a região que preside.

A agenda do Conselho Internacional para 2000

Bolívia	março	fórum sobre desenvolvimento social na América Latina e Caribe e compromissos da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social
Inglaterra	março	reunião da Comissão de Desenvolvimento Social, com a presença de todos os presidentes regionais
Copenhague	junho	participação no evento da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social
Rio de Janeiro	setembro	encontro dos países de língua portuguesa / promoção do Sesi, com o programa de educação à distância
África do Sul	outubro	29ª Conferência Internacional de Bem Estar Social

(continuação da pg. 7)

Conselho Internacional para as regiões da África, América Latina e Caribe estarão englobando quatro frentes: combate à pobreza e exclusão social; desenvolvimento social; integração social; geração de renda e diferença de gênero. Com isso, cada comitê nacional deverá priorizar a descoberta de alternativas estratégicas com base nestas metas. Maria da Penha comenta que experiências e estudos são continuamente descobertos e que os comitês possuem um intercâmbio muito grande com as universidades e instituições de pesquisa. "O Cepal, por exemplo, possui uma rica produção de análises de políticas públicas e sociais; assim como o Ibase, que desenvolveu diversas pesquisas sobre bolsões de pobreza". Tendo como eixo principal de atuação a disseminação de propostas que possam contribuir para soluções em nível social, o Conselho Internacional de Bem Estar Social divulga programas como os implementados em Porto Rico sobre a questão da Aids na Terceira Idade e violência doméstica: "O Chile, por exemplo, mantém em cada comuna (o equivalente aos nossos estados) um centro de atendimento à violência doméstica, com unidades voltadas para crianças provenientes de lares que têm a prática da violência doméstica - locais onde as crianças passam todo o dia, acompanhadas por uma equipe multiprofissional, que também atua junto às famílias". Ela cita ainda o trabalho de participação comunitária nas decisões e na centralidade da família, realizado na Colômbia, que permite a influência da comunidade na priorização de políticas públicas sociais em nível de governo. Um desafio para o Conselho Regional para América Latina e Caribe é encontrar formas de financiamento para disseminar mais amplamente estes estudos. "No Brasil, o Sesi já vem articulando convênios internacionais e promovendo programas sociais e de intercâmbio de técnicos na área da educação, saúde e trabalho", comenta Maria da Penha. Todos estes documentos estão disponíveis para os assistentes sociais e associados do Cbciss e constituem um rico acervo para pesquisas e consultas.

ARTIGO

A nova LDB e o Serviço Social

Elaine Rossetti Behring – Presidente do Cfess



Sobre o significado e implicações da LDB para o Brasil e para a profissão, vale destacar e reforçar que estamos diante da repercussão na esfera da educação, em todos os níveis, de uma opção político-econômica do governo brasileiro por um ajustamento, passivo e a qualquer custo, às mudanças do capitalismo contemporâneo. Tem-se um quadro de intensa e induzida (já que a legislação está induzindo, diferente do discurso do MEC) segmentação do mercado de trabalho que atinge todas as áreas. Esse processo, em geral, vem passando ao largo das profissões regulamentadas e até mesmo da articulação da educação com as demais áreas, a exemplo da saúde. Por outro lado, a relação desse governo com as profissões regulamentadas tem se pautado, na maior parte das vezes, pela ausência de interlocução.

No caso do Serviço Social, há implicações fortes das inovações da política educacional, enfatizando aqui a questão do exercício profissional, que diz respeito mais diretamente ao Conjunto Cfess/Cress. Como adianta o documento da Abepss sobre os cursos sequenciais, o espaço ocupacional do assistente social pode ser saturado por técnicos de menor custo, formados em menor tempo e direcionados para áreas competitivas do mercado. Técnicos oriundos tanto dos cursos sequenciais, como dos de nível técnico nas áreas de desenvolvimento social e saúde.

Coloca-se aí a questão de quem registra e fiscaliza esse exercício profissional. A incorporação de auxiliares e técnicos na estrutura do Conselho é apontada pelo MEC como um problema dos Conselhos e teremos que decidir se regulamentaremos ou não esses profissionais.

Diante de tudo isso, a gestão atual do Cfess definiu essa discussão como uma prioridade e desencadeou alguns movimentos:

1. Articular com as entidades nacionais uma discussão comum, o que culminou com o Convênio Cfess/Abepss em torno das Oficinas Regionais e do Seminário Nacional, realizado em Brasília, entre os dias 6 e 8 de dezembro, com o objetivo de traçar estratégias criativas frente a algo que é Lei.

Nossa maior preocupação é que naquelas unidades de ensino onde não existe vínculo com a organização da categoria podem existir desde já iniciativas para sua implementação descoladas do projeto ético-político profissional. Existe também pressão institucional para isso em várias universidades públicas e privadas (movidas por racionalidades diferentes, mas existem). É fundamental, portanto, que busquemos uma unidade em torno de uma orientação coletiva de como lidar com essa situação e o documento final aprovado no Seminário Nacional dá um passo decisivo nesta direção.

2. Solicitar da assessoria jurídica do Cfess um parecer jurídico sobre os cursos sequenciais, que já está aprovado pelo Conselho Pleno do Cfess, tendo em vista a orientação do trabalho do Conjunto, mas também das unidades de ensino, para quem achamos fundamental divulgar o parecer, disseminado anteriormente pela Abepss junto às unidades de ensino, e já trazendo como resultado o impedimento da criação de um curso em São Paulo.

Deste parecer, vale chamar atenção para os seguintes aspectos: a imprecisão jurídica dos instrumentos que regulamentam os cursos, do que resulta que cabe qualquer coisa na aplicação da lei, a exemplo do conceito de campo de saber, cuja distinção em relação à área de conhecimento é bastante discutível; a ambigüidade técnica do texto legal pode gerar imensas controvérsias na sua aplicação, dando origem a contenciosos legais, de forma que o oferecimento desses cursos (com destaque para os cursos superiores de formação específica) requer muita cautela das unidades de ensino e Universidades, já que pode ser criada uma expectativa de exercício profissional que ao final das contas é ilegal, no caso de adentrar em atividade ou área de profissão de graduação regulamentada por lei. Isso significa que, para oferecer um curso com as características apontadas, as unidades têm que estar muito atentas à Lei de Regulamentação da Profissão, já que tais cursos só podem se referir a novas atividades, não regulamentadas.

Diante do Parecer Jurídico aprovado pelo Cfess, é possível vislumbrar algumas conseqüências para a atividade do Conjunto, frente à LDB, tendo em vista a consolidação do projeto ético-político-profissional. Esse novo contexto exige uma articulação ainda mais sólida entre as instâncias de formação e de exercício profissional. Até porque as Comissões de Fiscalização dos Cress deverão estar atentas a estes processos de criação de cursos de nível superior e técnicos, no sentido de observar a invasão de nossas competências profissionais. As unidades de ensino deverão ser cuidadosas no sentido da legalidade do oferecimento de cursos. Os Cress deverão também, aqui referindo mais à questão dos cursos de nível técnico, procurar os Conselhos Estaduais de Educação, no sentido de conhecer o cadastro desses cursos no estado e fiscalizar seu oferecimento do ponto de vista da Lei de Regulamentação da Profissão. Essas são algumas conseqüências mais imediatas, no sentido de que o Conjunto cumpra sua função pública, que é defender a qualidade dos serviços prestados aos usuários das políticas sociais, o que requer profissionais com formação adequada.

PRAXIS

Informativo do Conselho Regional de Serviço Social CRESS/7ª Região - Dez. 1999/Jan. 2000
Rua México, 41 - 12º andar/Gr. 1203 a 1205
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (0XX21) 240-1727/240-3627
E-mail: cressrj.diretoria@apic.com.br
DIRETORIA

Hilda Corrêa de Oliveira - Presidente
Marlise Ferreira de Souza - Vice-Presidente
Rute Gusmão - 1º Secretária
Maurílio Castro de Matos - 2º Secretário
Angela Maria Lima Ramos - 1ª Tesoureira

Neide Aparecida Silva - 2ª Tesoureira
SUPLENTE

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Míriam Vasconcelos Braga, Carmen Lúcia Brandão de Paula, Márcio Eduardo Brotto, Sue Wolter Vianna, Vera Maria

Ferreira Santos
CONSELHO FISCAL

Norma Braga de Sá, Tereza Joana de Castro Azevedo, Rodriane de Oliveira Souza
SUPLENTE

Vera Regina Gonçalves de Andrade,
Tereza Cristina Baptista do Lago,

Magali da Silva Almeida
COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Angela Maria Lima Ramos, Marlise F. de Souza, Márcio Eduardo Brotto, Maurílio Castro de Matos, Norma Braga de Sá

EDITORIA

Cláudia Costa - MTB 16565/RJ
Projeto gráfico: Ingrid Klein
Diagramação e ilustrações: Carlos D
Fotos: Dilmar Cavalher
Tiragem: 8.000 exemplares